

Junho de 2013 a 2015: as “placas tectônicas” começaram a se mover?

VALERIO ARCARY*

*Não deixes que as tuas lembranças pesem mais do que
as tuas esperanças.*

Sabedoria popular persa

Quanto mais fortes os ventos, mais fortes serão as árvores.

Sabedoria popular argentina

A situação política evoluiu para melhor ou para pior? O argumento deste artigo é que, a partir de junho de 2013, aconteceu uma inflexão da situação política no Brasil. Saímos de uma situação defensiva, portanto, pior que a atual, para uma situação transitória. Uma nova geração entrou em cena.

Junho de 2013 se deu no contexto de uma longa etapa política que se abriu em 1995, quando da segunda derrota eleitoral de Lula e da derrota sindical dos petroleiros. Sua refração foi a estabilização do regime democrático-eleitoral, que tem a forma de presidencialismo de coalizão. A obra do lulismo, um reformismo quase sem reformas, foi a consolidação desse regime, uma solução histórica reacionária.

Saber para onde sopram os ventos é importante. Como ensina a sabedoria popular, nunca há bom tempo para o marinheiro que não sabe a que porto quer chegar. A maioria da esquerda brasileira ainda mantém uma “amizade colorida” com o lulismo, e uma relação “amorosa” com a democracia eleitoral, ao mesmo

* Professor titular do IFSP, doutor em História pela USP. E-mail: arcary@uol.com.br. Texto escrito em outubro de 2015.

tempo que se afastou, ou pior, se decepcionou com o proletariado. Deixa essas suas preferências contaminarem a visão da realidade. A conclusão será, inevitavelmente, distorcida.

Aqueles que se deixaram seduzir pela nostalgia da década passada defenderão que essa hipótese é precipitada. Não foram poucos, entre a esquerda que apoia o governo, aqueles que viram nas manifestações de 2015 pelo impeachment de Dilma Rousseff, em que compareceu uma extrema-direita arrastando setores *lumpens*, desclassados, dispostos a se vender para a contrarrevolução, uma continuidade de Junho de 2013, e até a ameaça de uma “onda” conservadora, ou o perigo iminente de um golpe “à la paraguaia”.

Essas análises são exageradas. Uma maior polarização político-social, isto é, uma erosão do centro político e a abertura de maior espaço para posições mais radicais à direita e, também, à esquerda, é um dos sinais de que estamos em uma nova situação.

As manifestações das camadas médias, a partir de março de 2015, abriram uma conjuntura mais complicada, até labiríntica, mas não foram fortes ou consequentes o bastante para inverter a situação. Em 2014, em função do impacto da morte do cinegrafista da Band, da pressão pela Copa do Mundo e pelas expectativas eleitorais já havia ocorrido um refluxo. O impulso de Junho de 2013, todavia, ainda prevalece.

Nenhuma sociedade pode permanecer, indefinidamente, em crise. Isso não é possível porque a elasticidade dos “nervos e músculos” das classes em luta tem limites. Uma solução deve abrir o caminho reestabelecendo um novo equilíbrio, portanto, uma nova relação de forças em que, necessariamente, haverá os vencedores e os vencidos.

O impacto da nova situação repercutiu em maior instabilidade do regime político: a maioria dos partidos burgueses passou a defender o impeachment de Dilma, retirando ao governo o apoio à governabilidade que prevaleceu até 2014; maior autonomia do Judiciário, que ganhou autoridade com a Operação Lava Jato; dificuldade do governo de construir uma coalizão com maioria no Congresso; tensões na relação do governo com o PT; distanciamento relativo da CUT/MST/UNE do governo; deslocamento da maioria da mídia para um posicionamento de oposição, e exigência pública de medidas de ajuste fiscal de emergência etc.

As análises de situação e conjuntura se realizam em níveis de abstração diferentes. São duas temporalidades distintas que se sobrepõem, do mais abstrato ao mais concreto. As flutuações da conjuntura são mais intensas e aceleradas que as mudanças de situações ou etapas. Os sinais podem ser contraditórios. O peso proporcional dos fatores objetivos é maior na definição das situações, e dos subjetivos na interpretação das oscilações das conjunturas. Essa é a importância do conceito de situações transitórias. Não são irreversíveis. Uma avaliação dos desencontros dos tempos históricos e políticos exige a compreensão desses aparentes anacronismos (Arcary, 2013).

Essa inflexão favorável após Junho pode ou não se manter, pode avançar ou retroceder. Pode acontecer uma derrota. Nem sempre o aumento do desemprego e da inflação eleva a disposição de luta dos trabalhadores. Se o ajuste que o governo Dilma quer impor, com o apoio da oposição burguesa, não encontrar a resistência que merece, existe o perigo de uma inversão da relação de forças entre as classes.

Mas, por enquanto, o “martelo” da história está fazendo a sua obra: o pacto social lulista que garantiu a estabilidade do regime de dominação desmorona diante do mal-estar social dos trabalhadores. A maioria da esquerda percebe essa nova situação como pior que a anterior. Identifica a fragilização do governo Dilma, e o reposicionamento da oposição burguesa como sinalização de uma ofensiva conservadora difícil de ser contida.

Um dos mal-entendidos mais comuns em debates sobre a análise de conjuntura é a ausência de clareza a respeito dos critérios que estão sendo utilizados. Para marxistas, a avaliação da relação de forças entre as classes repousa em critérios que se dividem em objetivos e subjetivos. Ponderar a posição respectiva de cada classe e calibrar, corretamente, a relação de forças é o maior desafio. Uma caracterização da situação política é somente uma hipótese de trabalho.

Os fatores objetivos são mais fáceis de identificar porque remetem à evolução da situação econômica e social, indicadores como o crescimento ou a contração da economia; ao peso social de cada classe; às variações do desemprego; ao nível de intensidade da atividade sindical, por exemplo, ao número de greves; ao grau de concentração de riqueza; à evolução da desigualdade social, em particular, às oscilações da renda média; à representatividade das organizações, como o número de sindicalizados; ao grau de urbanização e concentração do proletariado; à evolução da escolaridade média; à votação dos partidos nas eleições. Temos, por exemplo: (a) somente 6,5 milhões de pequenos proprietários, portanto, uma classe média, proporcionalmente, pequena; (b) algo em torno de 14 milhões de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família; (c) somente 26 milhões de pessoas declara Imposto de Renda, sob uma população economicamente ativa de mais de 100 milhões; (d) os dados disponíveis sugerem que os 50% dos brasileiros mais pobres detinham 2% da riqueza, 37% ficavam com 10,60%, e 13,01% com 87,40%; (e) uma parcela menor entre os mais ricos, 0,21%, era dona de escandalosos 40,81% do total da riqueza. Esses graus de concentração de capital e, em consequência, de pauperismo debilitam, estruturalmente, a dominação burguesa.

Nessa perspectiva, quando considerada a sua força social de choque, o proletariado brasileiro do Brasil é um dos mais poderosos do mundo. Embora seja menos homogênea do que no passado – proletariado sindicalmente organizado, trabalhadores desorganizados, assalariados dos serviços com escolaridade mais elevada, porém, precarizados, subproletariado rural etc. –, a classe trabalhadora é muito mais poderosa que há trinta anos: (a) mais de 43 milhões com carteira assinada (previsão de queda de 1 milhão só em 2015); (b) 12 milhões de funcionários públicos; (c) aproximadamente 15 milhões na informalidade ou desempregados; (d) temos 20 regiões metropolitanas com 1 milhão ou mais de habitantes, e duas

megacidades entre as maiores do mundo, portanto, elevadíssimo grau de concentração do proletariado.¹

Mais complexa é a consideração dos fatores subjetivos que remetem à flutuação do humor, da disposição, da confiança que cada classe tem em suas próprias forças. Os fatores objetivos indicam contradições potenciais, mas somente isso. Idealizar uma classe trabalhadora imaginária seria se tornar vítima do autoengano. Quando se avalia a evolução dos graus de consciência da classe trabalhadora é evidente que ocorreu um retrocesso, em comparação com os avanços dos anos 1980, o que neutraliza, ainda que só parcialmente, a pressão dos fatores objetivos. Porque essa regressão ideológica não nos diz grande coisa sobre a psicologia social das massas.

Uma das fontes mais importantes de estudo da disposição da classe operária é o registro que o Dieese disponibiliza sobre o número de greves e grevistas, e que indica um aumento consistente desde 2012.² Os fatores subjetivos estão condicionados pelos objetivos, mas essa interação é complexa porque, entre outras razões, eles também se deslocam mais rapidamente. A maior complicação é realizar uma síntese. Porque a relação da classe trabalhadora com suas organizações é, evidentemente, muito diferente da relação dos capitalistas com os seus representantes. A ideologia dominante na sociedade é também dominante no proletariado, senão a dominação já teria sido subvertida. Só em situações revolucionárias é que uma maioria dos explorados se liberta da influência das ideologias burguesas, e essa revolução mental é a antessala da possibilidade de emancipação social e política. Entre os dois extremos – tranquila estabilidade da dominação e situação revolucionária –, predominam situações intermediárias variadas, como a que vivemos: uma situação transitória.

A onda grevista de 2015 já colocou em movimento os professores, os bancários, os petroleiros, os carteiros, os metalúrgicos, entre outras categorias. As passeatas, como as dos professores do Paraná, também foram significativas. A conjuntura está mediada pelo choque da crise econômica, o giro do governo Dilma para um ajuste ultrarreacionário, e as sequelas sociais que já se abatem sobre os trabalhadores. Os escândalos de corrupção que se sucedem são um ingrediente incendiário a mais para o crescente mal-estar social, mas a gravidade da crise política não se reduz à evolução da operação Lava Jato.

Desde 2012 acabou a lua de mel que garantiu a paz social durante a década do lulismo. As diferentes classes da sociedade foram rompendo, em ritmos diferentes, com o apoio que favoreceu a estabilidade do regime que foi sendo articulado, com imensas dificuldades, desde 1985, deixando o governo Dilma, em 2015, muito fragilizado. Não poderá mais contar com o apoio de frações da burguesia que foram beneficiadas pelas políticas anticíclicas, como os subsídios fiscais, a ampliação do crédito pelos bancos públicos e a redução da taxa básica de juros.

1 Conferir dados em: <http://www.ufjf.br/ladem/2015/08/29/ibge-divulga-as-estimativas-populacionais-dos-municipios-em-2015>. Acesso em: 23 out. 2015.

2 Segundo o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) do Dieese, ocorreu um salto no número de greves entre 2012 e 2013, de 873 para 2.050 (Dieese, 2015).

O impacto da crise internacional atingiu, duramente, toda a América Latina, com a queda no preço das *commodities*.

Mas não nos enganemos, a política majoritária na classe dominante é fazer tremer o governo Dilma Rousseff, mas não derrubar, porque ainda aposta que o superministro Joaquim Levy terá melhores condições de fazer o ajuste do que um governo de composição incerta e legitimidade duvidosa que poderia assumir em caso de *impeachment*.

A burguesia brasileira e seus partidos estão divididos, mas há uma direção e há um programa: os setores beneficiados pelas medidas contracíclicas passaram a ser minoria, na medida em que a desaceleração do PIB de 2012 se transformou em estagnação em 2014 e culminou, em 2015, na mais séria recessão desde os anos Collor. O aumento da inflação para 10% ao ano, do desemprego para 9%, a inversão de superávit primário para déficit primário de 1% do PIB, a desvalorização do real acima da média mundial, o crescimento da dívida pública em proporção ao PIB, e a fragilidade agigantada das contas externas que ameaçam as reservas em divisas são razões que explicam a preocupação burguesa. A exigência é clara: querem que o salário médio desabe, querem que a carga fiscal seja reduzida, querem o fim da vinculação do piso da previdência ao salário mínimo, e a imposição da limitação do acesso à aposentadoria a uma idade mínima, como condições de que a redução de custos e os superávits primários possam atrair dólares e estimular novos investimentos.

As camadas médias sempre estiveram divididas diante dos governos de coalizão liderados pelo PT, mas romperam, majoritária e furiosamente, em função do aumento inflacionário dos serviços acima de 20% ao ano, do peso crescente do imposto de renda, da repercussão dos escândalos de corrupção etc.

A classe trabalhadora entregou o seu apoio ao lulismo, em função de uma relação de confiança histórica, forjada em três décadas. O lulismo está perdendo essa influência, porque está desmoronando o pacto social construído sobre o crescimento acima de 4% do PIB entre 2004 e 2008, a ampliação do acesso ao crédito, a manutenção da inflação abaixo de 5% ao ano, o pleno emprego, ou melhor, um desemprego inferior a 5%, a duplicação do salário mínimo, a recuperação da renda média para os níveis de 1989 e as políticas assistenciais como o Bolsa Família.

Essa realidade mudou após o impacto da crise econômica internacional em 2008. Entre 2011 e 2013, o governo Dilma conseguiu ganhar algum tempo com políticas contracíclicas que evitaram o aumento descontrolado do desemprego e a queda da renda média, mas a pressão inflacionária voltou a crescer. A desindustrialização, o aumento do desemprego e da inflação, a estagnação do PIB *per capita*, entre outros fatores, estão fermentando uma ruptura política com o lulismo. A disputa política da consciência de dezenas de milhões de trabalhadores se desenvolve em condições mais favoráveis, portanto, também pela esquerda.

Com a abertura de uma situação transitória, os desafios aumentarão. Observar a conjuntura sem ter o sentido de perspectiva da situação e da etapa, conduzirá

sempre a erros de impressionismo. A periodização marxista é um critério que nos oferece sentido de perspectiva, portanto, de escala. O impressionismo recorrente na esquerda brasileira neste momento em que a influência do lulismo diminui vertiginosamente é a racionalização do pessimismo, uma espécie de “hipocondria” política. Como o governo Dilma se fragiliza, e a maioria da esquerda votou em Dilma, interpreta-se que o enfraquecimento do lulismo abre, necessariamente, uma etapa, situação e conjuntura mais “complexa”, eufemismo para desfavorável, o que além de um erro político, é uma confusão conceitual.

Uma crise de governo não é o mesmo que uma crise de regime. Situações e conjunturas são duas temporalidades em níveis diferentes de abstração. Vejamos um exemplo: a ditadura militar entrou em lenta agonia, vindo a sucumbir, finalmente, com as Diretas em 1984. O regime viveu uma crise terminal, desde 1983, quando os efeitos da recessão precipitada em 1982, após a moratória da dívida externa mexicana, se manifestaram em desemprego crescente e superinflação. Claro que a visão retrospectiva facilita a análise: se alguém escrevesse, em 1981, no calor dos acontecimentos, depois da derrota duríssima da greve no ABC, quando das intervenções do governo Figueiredo nos sindicatos de bancários e metalúrgicos que, embora a mudança de conjuntura fosse desfavorável, o Brasil ainda estava em uma situação pré-revolucionária, seria considerado pela maioria um insensato. Mas não era.

Assim como é importante saber calibrar as vitórias, é necessário saber aferir as derrotas. Aquela situação pré-revolucionária não tinha se fechado em 1981, apesar dos muitos reveses e das distintas conjunturas que se sucederam. E só isso pode esclarecer por que, em 1984, tenha sido possível a explosão das Diretas.

Poderíamos dizer, como exercício, que em 1964 abriu-se no Brasil uma etapa contrarrevolucionária que permaneceu até o final dos anos 1970. Ao longo dessa etapa, ocorreram várias mudanças de situação. Essas mudanças se traduziram em transformações no regime político: (a) bonapartismo reacionário entre 1964 e 1968; (b) depois, bonapartismo contrarrevolucionário, com elementos semifascistas, até 1974; (c) bonapartismo reacionário até 1979; (d) bonapartismo decadente, portanto, com crise de regime até 1984.

Entre 1979 abriu-se, paradoxalmente, uma situação pré-revolucionária no interior de uma etapa, ainda, reacionária. Poder-se-ia objetar que não há dialética que explique esse paradoxo. Mas esse aparente enigma, o sentido assimétrico das dinâmicas entre etapa, situação e conjuntura, é o que permite explicar a mudança de situações e a assimetria entre situações e conjunturas (Arcary, 2014).

O mais importante é que está se deteriorando a relação de confiança da maioria dos trabalhadores com o lulismo, que sobreviveu por trinta anos, ou seja, o intervalo de uma geração. As eleições de 2014 confirmaram esse deslocamento. Chamamos a esse processo a ruína do lulismo. Ele abre a possibilidade, pela primeira vez, de uma reorganização pela esquerda. Ela já começou, e é o mais significativo em termos estratégicos. Agora é possível. Permanece muito difícil, mas é possível.

Referências bibliográficas

ARCARY, Valério. As Jornadas de Junho abriram uma situação pré-revolucionária? 1/12/2013. Disponível em: <<http://www.diarioliberalidade.org/opiniom/opiniom-propria/43918-as-jornadas-de-junho-abriram-uma-situa%C3%A7%C3%A3o-pr%C3%A9-revolucion%C3%A1ria.html>>.

_____. O outro 25 de abril e as Diretas Já. *Outros Temas*, v.11, n.17, 2014, p.230-245. Disponível em: <http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/337>.

DIEESE. Vinte motivos para a manutenção de ganhos reais dos salários. *Nota Técnica*, n.149, set. 2015. Disponível em: http://www.dieese.org.br/notatecnica/2015/notaTec149_20MotivosAumentoReal.pdf. Acesso em: 25 out. 2015.

Resumo

O Brasil vive uma crise política. A nova situação se abriu em Junho de 2013. Dentro da nova situação já tivemos várias mudanças de conjuntura, oscilações que tiveram sentidos contraditórios, mas não inverteram a dinâmica. Pelo menos, por três vezes: (a) uma primeira conjuntura entre Junho de 2013 e fevereiro de 2014, de sentido progressivo, que se caracterizou por mobilizações de massas na escala de milhões contra todos os governos, acéfala de direção e programa unificados; (b) uma segunda de sentido regressivo, entre fevereiro de 2014 e março de 2015, caracterizada pelo refluxo das mobilizações, no contexto da Copa do Mundo, e pela expectativa gerada pelas eleições; (c) uma terceira aberta pelas mobilizações de março/abril de 2015 contra o governo Dilma Rousseff, com a entrada em cena das camadas médias polarizadas pela oposição burguesa. Essas duas últimas conjunturas não impuseram uma derrota que tenha invertido o sentido da nova situação, que ainda está em disputa.

Palavras-chave: crise política, situação transitória, Junho de 2013.

Abstract

Brazil is experiencing a political crisis. The new situation was opened in June 2013. Within the new situation we have had several juncture changes, fluctuations that have contradictory meanings, but did not reverse the dynamic. At least for three times: a first juncture between June 2013 and February 2014, progressive, which was characterized by mass mobilizations on the scale of millions against all governments, without direction and unified program; (b) a second one, regressive, between February 2014 and March 2015, characterized by reflux of the mobilizations in the context of the World Cup, and the expectation generated by the elections; (c) a third one opened by the March/April 2015 mobilizations against the government Dilma Rousseff, with the arrival on the scene of the middle class polarized by the bourgeois opposition. The latter two situations did not impose a defeat that has reversed the direction of the new situation, which is still in dispute.

Keywords: political crisis, transitory situation, June 2013.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

Exame crítico da teoria da financeirização

Eleutério F. S. Prado

Classes sociais e grupos subalternos

Leandro Galastri

Gramsci teórico das relações internacionais

Marcos Vinícius Pansardi

**História crítica das *Obras completas*
de Marx e Engels (MEGA)**

Thomas Marxhausen

**E. P. Thompson: controvérsias
e contribuições (Dossiê)**

Antonio Luigi Negro, Nicolás Iñigo Carrera
e Pedro Benítez Martín

39